

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**1. LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual, com emprego de elementos de referência, substituição, repetição e conectores, bem como de outros elementos de sequenciação textual. 5. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronome, substantivo e verbo. 6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, sinais de pontuação e relações de coordenação entre orações e termos da oração. 7. Reescrita de frases e parágrafos: significação das palavras, substituição de palavras ou trechos, reorganização da estrutura de orações e períodos e reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 8. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, denotação e conotação. 9. Sintaxe: relações de subordinação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal e colocação pronominal. 10. Figuras de linguagem.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais): propriedades, operações e resolução de problemas. 2. Números decimais e fracionários: operações e aplicações. 3. Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC). 4. Razão e proporção: propriedades, divisão proporcional e regra de três simples e composta. 5. Porcentagem e matemática financeira: juros simples e noções de juros compostos. 6. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração e equações do 1º e 2º graus. 7. Funções: função afim, função quadrática, função exponencial e função logarítmica (noções e aplicações). 8. Geometria plana: perímetro e área de figuras planas. 9. Geometria espacial: áreas e volumes de sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esfera). 10. Relações métricas no triângulo retângulo: teorema de Pitágoras. 11. Análise combinatória simples e noções de probabilidade. 12. Estatística básica: leitura, interpretação e análise de tabelas e gráficos. 13. Raciocínio lógico: sequências, padrões, proposições, conectivos, equivalências lógicas e resolução de problemas.

3. HISTÓRIA DO ESTADO DO AMAPÁ

1. Período colonial e disputas territoriais. 1.1. Bases da ocupação colonial na Amazônia: presença estrangeira no Cabo Norte e políticas do Estado português (período pombalino, fundação de Macapá e Mazagão, Fortaleza de São José de Macapá); 1.2. Economia colonial: mineração, trabalho compulsório indígena e africano, contrabando e rotas fluviais; 1.3. A Cabanagem e seus reflexos na região do Amapá; 1.4. A questão de limites entre Brasil e França: Contestado Franco-Brasileiro, República do Cunani, atuação de Cabralzinho e o Laudo Suíço (1900). 2. Formação do território e estadualização. 2.1. Povoamento e ocupação do Amapá nos séculos XIX e XX: garimpo, extrativismo vegetal e fluxos populacionais; 2.2. A criação do Território Federal do Amapá (1943) e a administração de Janary Nunes; 2.3. Os grandes projetos de exploração econômica (ICOMI, Serra do Navio, Estrada de Ferro do Amapá e Projeto Jari) e os surtos migratórios; 2.4. A elevação do Amapá a Estado membro pela Constituição Federal de 1988 e a consolidação político-administrativa do Estado. 3. Sociedade, cultura e patrimônio. 3.1. Projetos de colonização estatais e privados e seus impactos sobre populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas; 3.2. Dinâmicas sociais, manifestações populares e sincretismo cultural: Marabaixo, Batuque, Festa de São Tiago e demais festividades religiosas; 3.3. Patrimônio histórico, material e imaterial de Macapá e do Amapá.

4. GEOGRAFIA DO ESTADO DO AMAPÁ

1. Meio físico e quadro natural. 1.1. Localização, limites, fronteiras e divisão político-administrativa do Amapá no contexto amazônico; 1.2. Estrutura geológica e relevo: Planalto das Guianas, planaltos residuais, planície costeira e planície fluvio-marinha; 1.3. Ecossistemas: floresta de terra firme e de várzea, cerrados e campos limpos, campos inundáveis e manguezais; 1.4. Clima e solos; 1.5. Rede hidrográfica: bacias do Amazonas, Araguari, Jari e Oiapoque; fenômeno da pororoca. 2. População, urbanização e dinâmica social. 2.1. Dinâmica demográfica: crescimento, distribuição espacial, estrutura etária e fluxos migratórios; 2.2. Indicadores socioeconômicos; 2.3. Populações tradicionais: indígenas, quilombolas e ribeirinhos; territórios e modos de vida; 2.4. Processo de urbanização, rede urbana e o papel da região metropolitana Macapá-Santana. 3. Espaço econômico, geopolítica e sustentabilidade. 3.1. Estrutura econômica: extrativismo vegetal e mineral, agropecuária, indústria, comércio e serviços; 3.2. A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana; 3.3. Infraestrutura de transportes, energia e integração regional: rodovias, portos e hidrelétricas; 3.4. Geopolítica da fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname; 3.5. A Margem Equatorial e as perspectivas socioeconômicas e ambientais da exploração de petróleo.

e gás na costa do Amapá; 3.6. Questões socioambientais, unidades de conservação, terras indígenas e desenvolvimento sustentável.

5. NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de informática. 2. Principais componentes de um computador: hardware, software, dispositivos de entrada e saída de dados. 3. Noções básicas do sistema operacional Windows. 4. Internet: navegação, sites, links, ferramentas de busca e impressão de páginas. 5. Correio eletrônico (e-mail). 6. Noções básicas de editor de texto Microsoft Word 2019: formatação de texto, parágrafo, marcadores, numeração, imagens, configuração de página e tabelas. 7. Noções básicas de planilha eletrônica Microsoft Excel 2019: formatação de células, cálculos simples, gráficos, fórmulas e funções básicas. 8. Aplicativos de segurança: antivírus e firewall.

6. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

6.1. ANALISTA ADMINISTRATIVO

1. Administração Geral, Pública e Processos: 1.1 Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle; 1.2 Modelos teóricos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial; 1.3 Governança, accountability, transparência e gestão por resultados; 1.4 Gestão de pessoas: planejamento, gestão por competências, recrutamento, seleção, avaliação de desempenho, capacitação e desenvolvimento; 1.5 Noções de encargos sociais e previdência: Regime Geral (RGPS) e Regime Próprio (RPPS), inclusive o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Amapá; 1.6 Regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos civis do Estado do Amapá: provimento, vacância, direitos, deveres, proibições, responsabilidades e penalidades; 1.7 Processo administrativo disciplinar e sindicância: princípios, fases, prazos e julgamento; 1.8 Mapeamento, análise e redesenho de processos (BPMN); 1.9 Desenho e avaliação de estruturas organizacionais; 1.10 Governo digital, acesso à informação e proteção de dados pessoais no setor público; 1.11 Elaboração de relatórios técnicos e noções de redação oficial. 2. Logística, Patrimônio, Convênios e Contratos: 2.1 Licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021): princípios, agentes públicos e modalidades; 2.2 Fase preparatória: estudo técnico preliminar, termo de referência e gestão de riscos; 2.3 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; 2.4 Sistema de registro de preços; 2.5 Execução, alteração, extinção, gestão e fiscalização dos contratos; 2.6 Gestão de materiais: controle de estoques, inventário e gestão de suprimentos; 2.7 Logística de serviços gerais: frotas, manutenção predial, equipamentos e comunicação administrativa; 2.8 Gestão de bens móveis e imóveis públicos: incorporação, controle, manutenção e alienação; 2.9 Convênios e parcerias: celebração, acompanhamento, execução e prestação de contas de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres. 3. Direito Administrativo, Constitucional e Administração Financeira e Orçamentária: 3.1 Organização administrativa: administração direta e indireta; 3.2 Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, anulação e revogação; 3.3 Poderes administrativos e serviços públicos; 3.4 Controle da administração pública e responsabilidade civil do Estado; 3.5 Improbidade administrativa; 3.6 Princípios fundamentais e direitos e garantias fundamentais; 3.7 Organização do Estado e administração pública na Constituição Federal; 3.8 Regime constitucional dos servidores públicos e regime previdenciário após a Emenda Constitucional nº 103/2019; 3.9 Princípios orçamentários; PPA, LDO e LOA; ciclo orçamentário; 3.10 Receitas e despesas públicas: classificação e estágios; 3.11 Noções da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente despesas com pessoal e transparência da gestão fiscal.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2. Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência):

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

3. Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

4. Lei nº 8.213/1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social – RGPS):

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm

5. Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm

6. Lei nº 9.717/1998 (Regras Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social):

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9717.htm

7. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
8. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
9. Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm
10. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
11. Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm
12. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
13. Decreto nº 11.531/2023 (Convênios e Contratos de Repasse com Recursos da União):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11531.htm
14. Lei Estadual nº 0066/1993 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amapá):
<https://legis.al.ap.leg.br/portal/legislacao/290>
15. Lei Estadual nº 0915/2005 (Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Amapá):
<https://amprev.ap.gov.br/Comunicacao/legislacao/leis/LEI%20915.pdf>
16. Lei Complementar Estadual nº 0134/2021 (Altera a Lei nº 0915/2005, nos termos da EC nº 103/2019):
[https://amprev.ap.gov.br/uploads/Arquivos%20Diversos/LEI%20COMPLEMENTAR%200134-2021%20\(ALTERA%C3%87%C3%83O%20LEI%20915-2005\).pdf](https://amprev.ap.gov.br/uploads/Arquivos%20Diversos/LEI%20COMPLEMENTAR%200134-2021%20(ALTERA%C3%87%C3%83O%20LEI%20915-2005).pdf)

6.2. ANALISTA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Comunicação Pública e Organizacional: 1.1 Conceitos, teorias e modelos de comunicação; 1.2 Comunicação pública e governamental, opinião pública e princípios da impessoalidade e publicidade aplicados à comunicação de governo; 1.3 Comunicação integrada: institucional, mercadológica, interna e pública; 1.4 Planejamento estratégico de comunicação: diagnóstico, objetivos, públicos de interesse, canais e mensuração de resultados; 1.5 Campanhas educativas e de utilidade pública; 1.6 Comunicação em crises de imagem: gestão de riscos, planos de contingência e preservação da reputação institucional. 2. Jornalismo, Redação e Assessoria de Imprensa: 2.1 Linguagem e gêneros jornalísticos; 2.2 Estrutura da notícia e critérios de noticiabilidade; 2.3 Apuração, checagem de dados e técnicas de entrevista; 2.4 Produção de notícias, releases, notas oficiais, artigos e roteiros para audiovisual e podcasts; 2.5 Assessoria de imprensa: relacionamento com a mídia, atendimento a demandas, entrevistas individuais e coletivas, media training e clipping; 2.6 Elaboração de relatórios técnicos e noções de redação oficial. 3. Comunicação Digital, Mídias Sociais e Inovação: 3.1 Planejamento, produção e gestão de conteúdo para plataformas digitais e redes sociais; 3.2 Linguagem web, métricas, monitoramento e engajamento; 3.3 Inteligência Artificial aplicada à comunicação: uso de IA generativa em rotinas de trabalho e seus limites éticos; 3.4 Checagem de fatos e combate às fake news e à desinformação. 4. Comunicação Interna e Produção Multimídia: 4.1 Planejamento editorial de comunicação interna, intranet, newsletters e fortalecimento da cultura organizacional; 4.2 Noções de design da informação, identidade visual e usabilidade; 4.3 Integração de texto, imagem, áudio e vídeo. 5. Legislação, Ética e Governança: 5.1 Comunicação Social na Constituição Federal e publicidade dos atos governamentais (art. 37, § 1º); 5.2 Ética profissional e liberdade de expressão; 5.3 Direito de imagem, direitos autorais e direito de resposta (Lei nº 9.610/1998 e Lei nº 13.188/2015); 5.4 Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e jurisprudência do STF sobre a responsabilidade das plataformas digitais; 5.5 Transparência pública e acesso à informação (Lei nº 12.527/2011 – LAI); 5.6 Proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD); 5.7 Contratação de publicidade e de serviços de comunicação institucional no setor público (Lei nº 12.232/2010 e Lei nº 14.356/2022); 5.8 Condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral relativas à publicidade institucional (Lei nº 9.504/1997, art. 73).

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm

3. Lei nº 9.610/1998 (Direitos Autorais): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm
4. Lei nº 12.232/2010 (Contratação de Serviços de Publicidade): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12232.htm
5. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
6. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
7. Lei nº 13.188/2015 (Direito de Resposta): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13188.htm
8. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
9. Lei nº 14.356/2022 (Serviços de Comunicação Institucional e Publicidade em Ano Eleitoral): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14356.htm

6.3. ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

1. Fundamentos e instrumentos de planejamento. 1.1. O ciclo de gestão das políticas públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação; 1.2. Planejamento estratégico no setor público e gestão baseada em resultados: indicadores de desempenho, eficácia, eficiência e efetividade; 1.3. O sistema de planejamento na Constituição Federal de 1988 (arts. 165 a 169) e na Constituição do Estado do Amapá: PPA, LDO e LOA; 1.4. Integração entre planejamento, orçamento e gestão territorial. 2. Orçamento público e processo orçamentário. 2.1. Conceito, evolução e princípios orçamentários; 2.2. Técnicas orçamentárias: orçamento-programa, orçamento de base zero e orçamento incremental; 2.3. Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação, aprovação, execução, controle e avaliação; programação orçamentária e financeira; 2.4. Créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários; 2.5. Emendas parlamentares e orçamento impositivo. 3. Receita e despesa pública. 3.1. Receita orçamentária: conceitos, estágios, fontes e classificações (natureza e fonte/destinação de recursos); 3.2. Despesa orçamentária: conceitos, estágios (fixação, empenho, liquidação e pagamento) e classificações (institucional, funcional-programática e natureza da despesa); 3.3. Restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimimento de fundos; 3.4. Transferências intergovernamentais: constitucionais, legais e voluntárias. 4. Legislação e governança fiscal. 4.1. Normas gerais de Direito Financeiro (Lei nº 4.320/1964); 4.2. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): planejamento, receita corrente líquida, metas e riscos fiscais, limitação de empenho, despesa com pessoal, dívida consolidada e operações de crédito; 4.3. Transparência da gestão fiscal: RREO, RGF e LC nº 131/2009; 4.4. Portarias de classificação orçamentária: Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria SOF/SETO/ME nº 42/1999, atualizadas; 4.5. SIAFIC (Decreto nº 10.540/2020); 4.6. Noções do Manual Técnico de Orçamento (MTO).

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição Federal de 1988: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Constituição do Estado do Amapá: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70441>
3. Lei nº 4.320/1964: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
4. Lei Complementar nº 101/2000 (LRF): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
5. Lei Complementar nº 131/2009: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm
6. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria SOF/SETO/ME nº 42/1999: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/legislacao-sobre-orcamento>
7. Portaria SOF/SETO/ME nº 42/1999 (texto consolidado): https://www1.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/lib/exe/fetch.php/ploa:portaria42_consolidada.pdf
8. Decreto nº 10.540/2020 (SIAFIC): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10540.htm
9. Manual Técnico de Orçamento (MTO): <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/>

6.4. ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Engenharia, Arquitetura e Desenvolvimento de Software: 1.1 Ciclo de vida de software, engenharia de requisitos e metodologias ágeis (Scrum, Kanban); 1.2 Programação orientada a objetos, princípios SOLID e Clean Code; 1.3 Arquiteturas de software: microsserviços, orientada a serviços (SOA), hexagonal e sistemas distribuídos; 1.4 Desenvolvimento web e APIs (RESTful, GraphQL, JSON) em Python (Django/Flask) e Node.js; 1.5 Controle de versão (Git); 1.6 Testes de software, TDD, BDD e qualidade de código; 1.7 Documentação e homologação de sistemas. 2. DevOps, DevSecOps e Infraestrutura em Nuvem: 2.1 Práticas de CI/CD (GitLab CI, Jenkins), automação e infraestrutura como código; 2.2 Containerização e orquestração (Docker, Kubernetes); 2.3 Computação em nuvem (IaaS, PaaS, SaaS, nuvens públicas e híbridas); 2.4 Administração de sistemas operacionais (Linux e Windows Server); 2.5 Redes de computadores (modelos OSI e TCP/IP, principais protocolos e serviços); 2.6 Virtualização; 2.7 Backup e continuidade de serviços; 2.8 Monitoramento e observabilidade (Zabbix, Prometheus, Grafana). 3. Gestão de Dados e Bancos de Dados: 3.1 Modelagem conceitual, lógica e física; 3.2 Normalização; 3.3 Bancos de dados relacionais (PostgreSQL, MySQL), SQL, transações e propriedades ACID; 3.4 Bancos de dados não relacionais (NoSQL, MongoDB); 3.5 Bancos de dados vetoriais para IA; 3.6 Dados para apoio à decisão (data warehouse e business intelligence). 4. Segurança da Informação, Cibersegurança e LGPD: 4.1 Princípios de segurança (confidencialidade, integridade, disponibilidade); 4.2 Normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002; 4.3 Gestão de identidades e acessos (IAM, AD, OAuth 2.0, SSO); 4.4 Segurança em aplicações (OWASP Top 10, SAST/DAST); 4.5 Gestão de riscos, resposta a incidentes e criptografia; 4.6 Política Nacional de Segurança da Informação (Decreto nº 9.637/2018) e Política Nacional de Cibersegurança (Decreto nº 11.856/2023); 4.7 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD); 4.8 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). 5. Inteligência Artificial, IA Generativa e Agentes: 5.1 Fundamentos de IA, Machine Learning e Processamento de Linguagem Natural; 5.2 Modelos de linguagem de grande escala (LLM) e engenharia de prompts; 5.3 Arquitetura RAG (Retrieval-Augmented Generation); 5.4 Automação de fluxos e agentes de IA; 5.5 Riscos e segurança de sistemas de IA; 5.6 Governança, ética, privacidade e uso responsável de IA no setor público, incluindo o tratamento de dados pessoais conforme a LGPD. 6. Governança, Gestão e Contratação de TIC no Setor Público: 6.1 Governança e gestão de TI (COBIT, ITIL); 6.2 Gerenciamento de projetos; 6.3 Planejamento Estratégico de TI e PDTIC; 6.4 Governo Digital (Lei nº 14.129/2021); 6.5 Contratação de soluções de TIC na Administração Pública: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); 6.6 Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022: planejamento da contratação, ETP, Termo de Referência, Mapa de Riscos e gestão/fiscalização de contratos de TIC; 6.7 Elaboração de relatórios e especificações técnicas.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
2. Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
3. Lei nº 14.129/2021 – Lei do Governo Digital: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm
4. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
5. Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
6. Decreto nº 9.637/2018 – Política Nacional de Segurança da Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9637.htm
7. Decreto nº 11.856/2023 – Política Nacional de Cibersegurança: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11856.htm
8. Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 – Contratação de soluções de TIC: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/legislacao/processo-de-contratacao-de-solucoes-de-tic-regido-pela-lei-ndeg-14-133-de-2021>

6.5. ANALISTA JURÍDICO

1. Direito Constitucional: 1.1 Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade, cidadania e direitos políticos; remédios constitucionais; 1.2 Administração Pública: disposições gerais e

servidores públicos; 1.3 Organização dos Poderes: Poder Legislativo (estrutura, atribuições e processo legislativo); Poder Executivo (atribuições e responsabilidades do Presidente da República e dos Governadores); Poder Judiciário (disposições gerais, STF, Tribunais Superiores e Justiça Comum); 1.4 Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia; 1.5 Ordem Social: Seguridade Social; Educação, Cultura e Desporto; Meio Ambiente; Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso; 1.6 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

2. Direito Administrativo: 2.1 Conceito, objeto, fontes e regime jurídico-administrativo; princípios expressos e implícitos; 2.2 Organização Administrativa: Administração Direta e Indireta; órgãos públicos; consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005); 2.3 Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso do poder; Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021); 2.4 Atos Administrativos: conceito, elementos, atributos, espécies, extinção e convalidação; processo administrativo no âmbito estadual; 2.5 Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): princípios, modalidades, critérios de julgamento, contratação direta, planejamento, Registro de Preços, formalização, execução, alteração, extinção e sanções; convênios e instrumentos congêneres; 2.6 Serviços Públicos: concessão, permissão, autorização e Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004); 2.7 Agentes Públicos: classificação, regime funcional, deveres, proibições e responsabilidades; Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amapá (Lei Estadual nº 0066/1993); Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Amapá (Lei Estadual nº 0915/2005); 2.8 Bens Públicos: classificação, regime jurídico, afetação, desafetação e alienação; 2.9 Intervenção do Estado na Propriedade: desapropriação, servidão, requisição e tombamento; 2.10 Responsabilidade Civil do Estado: risco administrativo, ação e omissão, excludentes e direito de regresso; 2.11 Controle da Administração: controle administrativo, legislativo (Tribunais de Contas) e judicial; 2.12 Transparência e Proteção de Dados: Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e LGPD (Lei nº 13.709/2018).

3. Direito Civil: 3.1 Pessoa natural e pessoa jurídica: personalidade, capacidade, direitos da personalidade e desconsideração da personalidade jurídica; domicílio; 3.2 Bens: classificação; bens públicos; 3.3 Negócio Jurídico: planos da existência, validade e eficácia; elementos acidentais; defeitos; invalidades; 3.4 Prescrição e decadência; 3.5 Obrigações: modalidades, adimplemento, extinção e inadimplemento; 3.6 Contratos: teoria geral; 3.7 Responsabilidade Civil: subjetiva e objetiva, elementos, excludentes e reparação de danos; 3.8 Posse e Propriedade: posse e proteção possessória; aquisição e perda da propriedade; função socioambiental; usucapião; 3.9 Direitos reais sobre coisa alheia (superfície, servidões, usufruto, uso e habitação) e direitos reais de garantia (penhor e hipoteca); 3.10 Família e Sucessões: casamento, união estável e regimes de bens; bem de família (Lei nº 8.009/1990); sucessão legítima e testamentária; inventário e partilha.

4. Direito Processual Civil: 4.1 Normas fundamentais e princípios do processo civil; 4.2 Jurisdição e competência; métodos adequados de solução de conflitos (conciliação, mediação e arbitragem); 4.3 Sujeitos do processo: partes, litisconsórcio e intervenção de terceiros; atuação do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública; 4.4 Atos processuais: prazos e comunicação eletrônica (Domicílio Judicial Eletrônico); 4.5 Tutela provisória: tutelas de urgência e de evidência; 4.6 Procedimento comum: petição inicial, respostas do réu, revelia, provas, sentença e coisa julgada; 4.7 Cumprimento de sentença e execução: noções gerais; execução contra a Fazenda Pública; impugnação e embargos à execução; 4.8 Recursos: teoria geral; apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recurso especial e recurso extraordinário; remessa necessária; 4.9 Sistema de precedentes vinculantes: IRDR, recursos repetitivos, repercussão geral e súmulas vinculantes; 4.10 A Fazenda Pública em Juízo: prerrogativas processuais, tutela provisória contra o Poder Público, precatórios e Requisições de Pequeno Valor; Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009); 4.11 Mandado de segurança (Lei nº 12.016/2009), ação civil pública (Lei nº 7.347/1985) e ação popular (Lei nº 4.717/1965).

5. Direitos Difusos e Coletivos: 5.1 Direitos da Pessoa Idosa: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003); Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994); direitos fundamentais, prioridade e medidas de proteção; 5.2 Direitos da Pessoa com Deficiência: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009); Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015); acessibilidade e inclusão social; 5.3 Saúde Mental: direitos das pessoas com transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001); modalidades de internação.

6. Direito Ambiental: 6.1 Princípios do Direito Ambiental; 6.2 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e SISNAMA; 6.3 Licenciamento Ambiental: Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025); Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997; 6.4 Espaços Protegidos e Recursos Naturais: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000); Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); 6.5 Responsabilidade civil, administrativa e penal ambiental (Lei nº 9.605/1998); 6.6 Tutela coletiva ambiental: inquérito civil e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

7. Direito Tributário: 7.1 Conceito de tributo e espécies tributárias; 7.2 Princípios constitucionais tributários, competência tributária, limitações ao poder de tributar e imunidades; 7.3 Reforma Tributária sobre o Consumo: Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2025; 7.4 Obrigação tributária: fato gerador, sujeição ativa e passiva; 7.5 Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros e infrações; redirecionamento da execução fiscal aos sócios e

administradores; denúncia espontânea; 7.6 Crédito tributário: lançamento; suspensão, extinção e exclusão; 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário; presunção de fraude à Fazenda Pública (art. 185 do CTN); 7.8 Dívida ativa, Certidão de Dívida Ativa e certidões negativas; 7.9 Processo Judicial Tributário: execução fiscal (Lei nº 6.830/1980); embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade; ação anulatória, ação de repetição de indébito e mandado de segurança em matéria tributária.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição Federal de 1988 e ADCT: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm
3. Lei Complementar nº 214/2025 – IBS, CBS e Imposto Seletivo: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm
4. Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm
5. Lei nº 10.406/2002 – Código Civil: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm
6. Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm
7. Lei nº 11.107/2005 – Consórcios Públicos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm
8. Lei nº 8.429/1992 – Improbidade Administrativa: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm
9. Lei nº 14.230/2021 – Altera a Lei de Improbidade: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14230.htm
10. Lei nº 14.133/2021 – Licitações e Contratos Administrativos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
11. Lei nº 11.079/2004 – Parcerias Público-Privadas: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm
12. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
13. Lei nº 13.709/2018 – LGPD: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
14. Lei Estadual nº 0066/1993 – Regime Jurídico dos Servidores Cíveis do Amapá: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=563
15. Lei Estadual nº 0915/2005 – Regime Próprio de Previdência do Amapá: <https://amprev.ap.gov.br/uploads/publico/lei915atualizada.pdf>
16. Lei nº 8.009/1990 – Bem de Família: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8009.htm
17. Lei nº 12.153/2009 – Juizados Especiais da Fazenda Pública: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12153.htm
18. Lei nº 12.016/2009 – Mandado de Segurança: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm
19. Lei nº 7.347/1985 – Ação Civil Pública: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm
20. Lei nº 4.717/1965 – Ação Popular: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm
21. Lei nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm
22. Lei nº 8.842/1994 – Política Nacional do Idoso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm
23. Decreto nº 6.949/2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
24. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

25. Lei nº 10.216/2001 – Saúde Mental: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
26. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
27. Lei nº 15.190/2025 – Lei Geral do Licenciamento Ambiental: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15190.htm
28. Resolução CONAMA nº 237/1997 – Licenciamento Ambiental: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0237-191297.PDF>
29. Resolução CONAMA nº 01/1986 – Avaliação de Impacto Ambiental: <https://conama.mma.gov.br>
30. Lei nº 9.985/2000 – SNUC: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
31. Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
32. Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
33. Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
34. Lei nº 6.830/1980 – Execução Fiscal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6830.htm

6.6. ANALISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Fundamentos de Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: 1.1 Conceitos, atores e principais teorias das Relações Internacionais; 1.2 Sistema internacional contemporâneo: soberania, poder, cooperação, conflito, multilateralismo e globalização; 1.3 Princípios constitucionais das relações internacionais (art. 4º da Constituição Federal) e diretrizes da política externa brasileira; 1.4 Inserção do Brasil na América do Sul, na Amazônia e no Atlântico Sul; integração regional; 1.5 ONU, OEA, Mercosul, CELAC e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia; 1.6 Organismos multilaterais de financiamento: Banco Mundial, BID e CAF.

2. Paradiplomacia, Cooperação Internacional e Marco Legal do Cargo: 2.1 Atuação internacional de governos subnacionais e diplomacia federativa; limites constitucionais à ação externa dos Estados; 2.2 Modalidades de cooperação internacional: técnica, financeira, científica, Sul-Sul e descentralizada; 2.3 Captação de recursos, atração de investimentos e promoção internacional do Estado; 2.4 Elaboração, negociação e gestão de projetos, acordos internacionais e memorandos de entendimento; relatórios técnicos, notas informativas e indicadores; 2.5 Cerimonial e protocolo na organização de visitas de autoridades estrangeiras (Decreto nº 70.274/1972); 2.6 Lei Complementar Estadual nº 148/2023, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 168/2025 (Secretaria de Estado de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Amapá); Lei Estadual nº 3.283/2025 (atribuições do cargo).

3. Direito Internacional, Comércio Exterior e Desenvolvimento Sustentável: 3.1 Fundamentos do Direito Internacional Público; tratados internacionais: Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (Decreto nº 7.030/2009), incorporação e aplicação no Brasil; 3.2 Direitos humanos, migração (Lei nº 13.445/2017) e refúgio (Lei nº 9.474/1997); 3.3 Comércio exterior e facilitação do comércio; Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (Lei nº 8.387/1991, art. 11) e seu regime favorecido na Reforma Tributária (Lei Complementar nº 214/2025); Porto de Santana e Arco Norte; 3.4 Agenda 2030 e ODS; governança climática: Acordo de Paris (Decreto nº 9.073/2017) e COP30 (Belém, 2025); bioeconomia e financiamento climático.

4. Amapá, Relações Brasil-França e Planalto das Guianas: 4.1 Formação histórica da fronteira franco-brasileira; os 200 anos das relações diplomáticas entre Brasil e França (1826-2026); 4.2 Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França (Decreto nº 2.200/1997) e Protocolo Adicional sobre Cooperação Descentralizada (Decreto nº 9.139/2017); Comissões Mistas Transfronteiriças e Conselho do Rio Oiapoque; 4.3 Cooperação entre Amapá e Guiana Francesa, especialmente entre Oiapoque e Saint-Georges; Ponte Binacional; circulação de pessoas e mercadorias; 4.4 Relações com Guiana Francesa, Suriname e Guiana; faixa de fronteira (Lei nº 6.634/1979); povos indígenas transfronteiriços e governança das fronteiras.

5. Margem Equatorial e Desenvolvimento Regional: 5.1 Importância geopolítica, econômica e ambiental da Margem Equatorial, com ênfase na Bacia da Foz do Amazonas; 5.2 Petróleo, gás e transição energética: Política Energética Nacional (Lei nº 9.478/1997) e Programa de Aceleração da Transição Energética (Lei nº 15.103/2025); 5.3 Licenciamento ambiental (Lei nº 15.190/2025); royalties (Lei nº 7.990/1989) e conteúdo local; 5.4 Preparação da cadeia produtiva e da força de trabalho amapaense para o setor de óleo e gás.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição Federal de 1988: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2. Lei Complementar Estadual nº 168/2025: <https://leisestaduais.com.br/ap/lei-complementar-n-168-2025-amapa-altera-a-lei-complementar-n%C2%BA-148-de-04-de-janeiro-de-2023-a-lei-complementar-152-de-07-de-novembro-de-2023-para-reorganizar-as-instituicoes-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>
3. Decreto nº 70.274/1972 – Normas do Cerimonial Público: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm
4. Decreto nº 7.030/2009 – Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm
5. Lei nº 13.445/2017 – Lei de Migração: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm
6. Lei nº 9.474/1997 – Estatuto dos Refugiados: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm
7. Lei nº 8.387/1991 (art. 11 – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8387.htm
8. Lei Complementar nº 214/2025 (arts. 459 e seguintes – Áreas de Livre Comércio): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm
9. Decreto nº 9.073/2017 – Acordo de Paris: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm
10. Decreto nº 2.200/1997 – Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França: https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2200.htm
11. Decreto nº 9.139/2017 – Protocolo Adicional sobre Cooperação Descentralizada Brasil-França: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9139-22-agosto-2017-785360-publicacaooriginal-153605-pe.html>
12. Lei nº 6.634/1979 – Faixa de Fronteira: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm
13. Lei nº 9.478/1997 – Política Energética Nacional: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm
14. Lei nº 15.103/2025 – Programa de Aceleração da Transição Energética: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15103-22-janeiro-2025-796916-normaatualizada-pl.pdf>
15. Lei nº 7.990/1989 – Compensação financeira e royalties: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7990.htm
16. Lei nº 15.190/2025 – Lei Geral do Licenciamento Ambiental: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15190.htm